



*Escola de Contas e Capacitação  
Professor Pedro Aleixo*

## **PROJETO PEDAGÓGICO**

**CURSO DE PÓS-  
GRADUAÇÃO *LATO SENSU*  
ESPECIALIZAÇÃO EM  
FINANÇAS PÚBLICAS 2020**

**Belo Horizonte - MG**

---

**FICHA TÉCNICA**

---

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERIAS**

**PRESIDENTE**

Conselheiro Mauri José Torres Duarte

**VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro José Alves Viana

**CORREGEDOR**

Conselheiro Gilberto Pinto Monteiro Diniz

**OUVIDOR**

Conselheiro Durval Ângelo Andrade

**CONSELHEIROS**

Wanderley Geraldo de Ávila  
Sebastião Helvecio Ramos de Castro  
Cláudio Couto Terrão

**CONSELHEIROS SUBSTITUTOS**

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira  
Hamilton Antônio Coelho  
Adonias Fernandes Monteiro  
Victor de Oliveira Meyer Nascimento

**ESCOLA DE CONTAS E CAPACITAÇÃO PROFESSOR PEDRO ALEIXO**

**DIRETORIA**

Naila Garcia Mourthé

**COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Evandro Martins Guerra

**COORDENADORIA DE CAPACITAÇÃO**

Henrique Lima Quites

**COORDENADORIA DE BIBLIOTECA**

Ana Marta Accoroni Gonçalves Araújo

**SECRETARIA ACADÊMICA**

Cristina Maria Montenegro de Menezes

**SUMÁRIO**

<b>1</b>	<b>Identificação</b>	<b>4</b>
1.1	Curso	4
1.2	Modalidade	4
1.3	Carga horária	4
<b>2</b>	<b>Justificativa</b>	<b>4</b>
<b>3</b>	<b>Histórico da instituição</b>	<b>5</b>
<b>4</b>	<b>Objetivos</b>	<b>7</b>
4.1	Objetivo geral	7
4.2	Objetivos específicos	7
<b>5</b>	<b>Público-alvo</b>	<b>8</b>
<b>6</b>	<b>Concepção do programa</b>	<b>8</b>
<b>7</b>	<b>Coordenação</b>	<b>8</b>
7.1	Coordenador	8
7.2	Titulação	8
7.3	Período de experiência profissional em docência	8
<b>8</b>	<b>Carga horária</b>	<b>9</b>
<b>9</b>	<b>Período e periodicidade</b>	<b>9</b>
9.1	Período de duração do curso	9
9.2	Turno e dias da semana	9
<b>10</b>	<b>Currículo</b>	<b>9</b>
10.1	Disciplinas	9
10.2	Docentes	10
10.3	Grade curricular	10
10.4	Ementário	11
<b>11</b>	<b>Metodologia</b>	<b>15</b>
<b>12</b>	<b>Sistema de avaliação e controle da frequência</b>	<b>16</b>
<b>13</b>	<b>Notas sobre o trabalho de conclusão de curso</b>	<b>17</b>
<b>14</b>	<b>Certificação</b>	<b>17</b>
<b>15</b>	<b>Cronograma</b>	<b>18</b>

## 1 Identificação

1.1 Curso: pós-graduação *lato sensu* - especialização em finanças públicas

1.2 Modalidade: ensino presencial

1.3 Carga horária: 432 horas-aula

## 2 Justificativa

O curso de pós-graduação *lato sensu* - especialização em finanças públicas foi concebido para promover a educação profissional e continuada dos servidores e colaboradores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), constituindo um espaço para a discussão e proposição de práticas que visem ao alcance dos objetivos institucionais estratégicos, mormente os relacionados à fiscalização e ao controle da atividade financeira estatal.



Fonte: Disponível em: <https://br.depositphotos.com/15544731/stock-photo-accounting.html>  
Acesso em: 9/10/2017

Com currículo moderno, aplicado por professores altamente qualificados e especializados, e utilizando-se de normativos e instrumentos de planejamento e controle, espera-se que novos olhares surjam a partir de uma construção profissional e conjunta sobre a apropriação de conteúdos multidisciplinares oriundos das ciências jurídica, econômica e contábil, o que pode impactar na melhora significativa da qualidade dos procedimentos internos e conseqüentemente na missão institucional do TCEMG, a curto e médio prazos.

### 3 Histórico da instituição

Na gestão do conselheiro Flávio Régis Xavier de Moura e Castro foi criada e instalada a Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, em 13 de março de 1996, por intermédio da Resolução n. 3/96, homenagem ao advogado, político e professor mineiro que lutou contra a ditadura militar e foi um dos fundadores da Faculdade Mineira de Direito, hoje integrante da PUC Minas.

Há 23 anos o programa de pós-graduação da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo busca continuamente a inovação e a expansão de seus cursos, visando sempre superar as expectativas dos públicos a que pretende atender. Foi assim que o programa teve início pela parceria exitosa da Escola de Contas com a Pontifícia Universidade Católica (PUC Minas), no período de 1995 a 2013, com o objetivo de oferecer aos servidores do TCEMG cursos de especialização e de capacitação profissional. Com a PUC Minas, foram certificados 2.132 alunos, em diversos cursos, entre os quais, as especializações em controle externo, gestão pública contemporânea, controle externo e avaliação da gestão pública etc.

Com a Resolução n. 7 da Câmara de Educação Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação (CNE), que permite o credenciamento especial das escolas de governo, a Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais, por meio do Decreto n. 740, de 29 de novembro de 2012<sup>1</sup>, dando um vigoroso passo rumo à consolidação e à promoção de seus objetivos educacionais especialmente quanto aos cursos de pós-graduação.



<sup>1</sup> Credenciamento renovado em 2018, conforme Resolução Sedectes n. 80, de 3/12/2018, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes).

Fonte: Disponível em: <http://escoladecontas.tce.mg.gov.br/index.php/a-escola-de-contas/estrutura> Acesso em: 6/10/2017

Em 2014, a Escola de Contas protocolizou junto ao Ministério da Educação e Cultura seu pedido de credenciamento para a oferta de educação a distância (EaD), objetivando levar aos municípios mineiros a formação profissional e técnica de qualidade, além de proporcionar a possibilidade de carga horária em EaD superior a 20% em futuros cursos de pós-graduação voltados para os servidores do TCEMG.

O Parecer CNE/CES n. 656/2016, de 9 de novembro de 2016, foi favorável ao credenciamento da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo para ministrar cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade presencial e a distância, culminando na edição da Portaria n. 593, de 3 de maio de 2017, do Ministro de Estado da Educação, que a credenciou pelo prazo de oito anos.

Atualmente, o programa é composto por dois cursos de pós-graduação *lato sensu*, especialização em finanças públicas, nas modalidades presencial e a distância. O curso presencial é voltado para os membros e servidores do TCEMG e o virtual busca atender os jurisdicionados, especialmente os servidores efetivos da administração direta municipal.

Com um corpo docente especializado, aliando experiência acadêmica e profissional, instalações e tecnologias educacionais modernas, especialmente as ligadas às tecnologias da informação e comunicação, além de uma proposta pedagógica inovadora, a Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo consolida-se e vem avançando a cada dia para apoiar os projetos institucionais do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e favorecer o aprimoramento dos conhecimentos capazes de impulsionar a inovação do controle.

As instalações da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo ficam na sede do TCEMG, com prédio próprio desde 2012, onde funcionam quatro salas de aula, auditório com capacidade para 100 pessoas, laboratório de informática, Diretoria, Coordenação de Pós-Graduação, Coordenação de Capacitação, Secretaria

Acadêmica, sala dos professores, sanitários, copa etc. Sua estrutura administrativa conta com 41 colaboradores, entre servidores e empregados, que proporcionam suporte ao desenvolvimento das atividades acadêmicas do curso. As aulas ocorrem nas salas da Escola de Contas, para os cursos presenciais, e em ambiente virtual de aprendizagem (AVA), no caso dos cursos a distância.

A partir de levantamento realizado sobre as necessidades de especialização e dos processos que mais impactam o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas, a Escola de Contas visa atingir seu objetivo institucional com este curso de pós-graduação.

## **4 Objetivos**

### **4.1 Geral**

O curso tem por objetivo geral capacitar os alunos para a compreensão específica acerca das ações de planejamento, orçamento, execução e controle da atividade financeira estatal, sob os aspectos jurídicos, contábeis, econômicos e administrativos, alinhadas com os interesses estratégicos e a missão do Tribunal de Contas.

Nesse sentido, serão priorizados os estudos referentes à atividade financeira do Estado, o federalismo fiscal, o planejamento e as leis orçamentárias, assim como os princípios que as orientam. Examinar a forma de financiamento dos gastos estatais, a partilha de receitas tributárias, a atuação do Tribunal de Contas e o controle da execução orçamentária, com destaque para o controle interno. Compreender as múltiplas faces das receitas públicas e as suas diversas espécies, além de noções gerais acerca do poder de tributar e da competência tributária, sempre à luz de análises jurídicas e econômicas.

### **4.2 Específicos**

Em especial, o curso tem como finalidades:

- qualificar os membros, procuradores e servidores do TCEMG, por meio da troca de experiências, além do desenvolvimento e atualização dos conhecimentos na área das finanças públicas;

- aprofundar os estudos acerca do conteúdo, informações e conhecimento técnico inerentes aos instrumentos de planejamento e de execução das finanças governamentais, bem como quanto aos mecanismos de controle da Administração Pública;
- estimular o intercâmbio, a troca de experiências, as boas práticas na aplicação dos novos mecanismos e paradigmas de fiscalização, bem como do compartilhamento de processos e procedimentos que constituam casos de sucesso dentro e fora do TCEMG; entre outras.

## **5 Público-Alvo**

Membros, procuradores e servidores do TCEMG que atendam ao edital de seleção. O concluinte do curso será titulado como especialista, detentor de conhecimento acerca das finanças públicas e habilitado ao exercício de atividades docentes.

## **6 Concepção do programa**

O programa do curso envolve a compreensão de cada parte que compõe o objeto de estudo das finanças públicas, bem como a interação do plexo e a realidade social, pressupondo o prévio conhecimento dos elementos que formam a estrutura da atividade financeira do Estado, envolvendo, basicamente, o planejamento, a arrecadação, os gastos e o controle. Esses elementos podem ser examinados a partir do ponto de vista estritamente normativo (jurídico e político) ou levando em conta aspectos de natureza econômica. No campo das finanças públicas, há o encontro das dimensões jurídica, política e econômica.

Para que seja possível o intercâmbio entre as dimensões, o curso foi estruturado em dois módulos, cada qual contando com três blocos de três disciplinas, totalizando nove disciplinas por módulo e 18 no total.



## 7 Coordenação

7.1 Coordenador: Prof. Ms. Evandro Martins Guerra

7.2 Titulação: Mestre em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima/MG, Brasil. Especialista em Direito Público pela Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. Especialista em Controle Externo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil.

## 8 Carga Horária

A carga horária total será de 432 horas-aula, distribuídas nos seis blocos de 72 h/a cada.

## 9 Período e Periodicidade

9.1 Duração do curso: 4 de fevereiro a 18 de dezembro de 2020.

9.2 Atividades acadêmicas: de segunda a sexta, das 19 às 22h40.

## 10 Currículo

O currículo, que reflete os objetivos do curso por meio da estruturação dos conteúdos das unidades de estudo, das atividades acadêmicas e metodologia de ensino, contempla dois módulos semestrais compostos por três blocos com três disciplinas cada.

### 10.1 Grade curricular

#### MÓDULO I (216h/a)

Bloco 1		
1	Direito Financeiro	32 h
2	Ética e governança	20 h
3	Federalismo e relações fiscais	20 h
<b>TOTAL</b>		<b>72 h/a</b>

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Bloco 2

4	Direito Administrativo	32 h
5	Tópicos especiais em finanças públicas I	20 h
6	Metodologia da pesquisa científica	20 h
<b>TOTAL</b>		<b>72 h/a</b>

### Bloco 3

7	Economia do setor público	28 h
8	Direito Previdenciário	24 h
9	Análise de balanços públicos	20 h
<b>TOTAL</b>		<b>72 h/a</b>

## MÓDULO II (216h/a)

### Bloco 4

10	Orçamento Público	32 h
11	Receita pública	20 h
12	Despesa pública	20 h
<b>TOTAL</b>		<b>72 h/a</b>

### Bloco 5

13	Controle da atividade financeira estatal	32 h
14	Crédito público e dívida pública	20 h
15	Análise de políticas macroeconômicas	20 h
<b>TOTAL</b>		<b>72 h/a</b>

### Bloco 6

16	Contabilidade pública	28 h
17	Tópicos especiais em finanças públicas II	24 h
18	Auditoria	20 h
<b>TOTAL</b>		<b>72 h/a</b>

**CARGA HORÁRIA TOTAL 432 h/a**

## 10.2 Docentes

As disciplinas serão ministradas por professores de elevada qualificação, detentores de expertise acadêmica e técnica, integrantes do corpo docente da Escola de Contas mediante credenciamento por titulação acadêmica (especialistas, mestres e doutores).

## 10.3 Ementário

### 1 Direito Financeiro

EMENTA: atividade financeira no Estado contemporâneo; elementos financeiros: receita, despesa e crédito público; orçamento público; controle da Administração Pública, controle externo e tribunal de contas.

### 2 Federalismo e relações fiscais

EMENTA: o federalismo brasileiro: evolução histórica, avanços recentes e dificuldades. Federalismo fiscal. Relações fiscais intergovernamentais: estabilidade macroeconômica e crescimento. A repartição intergovernamental dos gastos públicos. A descentralização das receitas. Os sistemas de transferências intergovernamentais. Aspectos políticos da descentralização. O problema da crise fiscal dos estados brasileiros. Programa de ajuste fiscal. Operações de crédito. Capacidade de pagamento.

### 3 Ética e governança

EMENTA: Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais da Administração Pública. Governança Pública. Ética e Transparência na Administração Pública. Avaliação da capacidade de governança da Administração Pública.

### 4 Direito Administrativo

EMENTA: regime Jurídico Administrativo. Poderes da Administração. Organização Administrativa. Atividade administrativa. Ato administrativo. Licitação. Contratos.

## 5 Tópicos especiais em finanças públicas I

EMENTA: Constituição financeira. Das finanças públicas. Normas gerais. Análise de decisões dos tribunais de contas no âmbito das finanças públicas.

## 6 Metodologia da pesquisa científica

EMENTA: conhecimento teórico e conhecimento aplicado. Construção do conhecimento. Natureza do trabalho científico. Tipos de pesquisa. Métodos qualitativos e quantitativos. O projeto de pesquisa: definição do problema; objetivos; referencial teórico; metodologia.

## 7 Economia do setor público

EMENTA: a racionalidade econômica para a existência do governo: a eficiência dos mercados competitivos. Falhas de mercado. Redistribuição e bens “meritocráticos”. Economia do bem-estar. Eficiência versus equidade: *trade-offs* entre eficiência e distribuição. Eficiência de Pareto. Escolha social. Teoria da despesa pública: bens públicos. Escolha pública. Produção pública e burocracia. Externalidades. Teoria da tributação: incidência; tributação e eficiência econômica; tributação ótima e elementos de teoria da reforma tributária.

## 8 Direito Previdenciário

EMENTA: sistema previdenciário brasileiro. Política fiscal e distribuição de renda. Privatização, regulação e controle social. Crise financeira da previdência social. Reformas. Formas alternativas de financiamento da previdência social.

## 9 Análise de balanços públicos

EMENTA: estrutura das demonstrações contábeis governamentais. Composição e conteúdo das demonstrações contábeis governamentais. Análise e interpretação das demonstrações contábeis governamentais. Índices e indicadores extraídos das demonstrações contábeis governamentais.

---

## 10 Orçamento público

EMENTA: introdução ao orçamento público. Instrumentos de planejamento. Créditos adicionais. Receita e despesas públicas. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Adiantamentos (suprimento de fundos). Dotação orçamentária e fontes de recursos. Fases da despesa orçamentária. Conta Única do Tesouro Nacional. Programação financeira.

---

## 11 Receita pública

EMENTA: conceito. Classificação. Codificação. Estágios. Renúncia de receita. Noções básicas. Gestão fiscal responsável das receitas públicas. Receitas públicas em tempos de crise financeira. Corrupção: prevenção e efeitos sobre as receitas públicas.

---

## 12 Despesa pública

EMENTA: conceito; características, classificações, planejamento, execução e controle. O atual cenário das despesas e os seus conceitos básicos. O planejamento das despesas dentro e fora do orçamento. A execução do orçamento e os créditos adicionais. Os limites e o controle das despesas no setor público.

---

## 13 Controle da atividade financeira estatal

EMENTA: atividade financeira do Estado. Controle da Administração Pública. Controle externo, controle interno e controle social. Tribunal de Contas.

---

## 14 Crédito público e dívida pública

EMENTA: conceito. Natureza jurídica. Classificação. Emissão e extinção. Dívida pública. Dívida pública no Brasil. Dívida pública mobiliária federal interna. Dívida pública federal externa. Dívida líquida do setor público e dívida bruta do governo geral. Análise da sustentabilidade da dívida. Renegociação de dívidas da união, dos estados e dos municípios. Programa de reestruturação e ajuste fiscal dos estados.

---

### **15 Análise de políticas macroeconômicas**

EMENTA: introdução ao estudo de modelos macroeconômicos. Introdução às políticas econômicas: política fiscal, política monetária, política cambial, política comercial e política creditícia. Demanda agregada e oferta agregada. Equilíbrio real e monetário. Curva de Phillips. Combinações de políticas fiscal e monetária. Introdução à análise da política fiscal e política monetária em economia aberta: o modelo Mundell-Fleming. Debates sobre política macroeconômica contemporânea brasileira.

---

### **16 Contabilidade pública**

EMENTA: regimes contábeis. Escrituração. Sistemas contábeis vigentes. Composição e conteúdo dos balanços públicos. Levantamento de balanços públicos. Levantamento de contas: prestação de contas. Convergência da contabilidade pública às normas internacionais de contabilidade: conceituação e implicações da contabilidade patrimonial integral. As práticas contábeis vigentes e os desafios da implementação da contabilidade patrimonial integral no Brasil. Sistema de informações de custos. Demonstrativos fiscais.

---

### **17 Tópicos especiais em finanças públicas II**

EMENTA: as finanças públicas no âmbito do sistema normativo brasileiro. Análise de decisões dos tribunais superiores.

---

### **18 Auditoria**

EMENTA: conceito; princípios; etapas; evidências; descobertas ou achados; conclusões e recomendações; tendências do controle.

## **11 Metodologia**

A concepção didática propiciará a utilização tanto de métodos tradicionais de ensino quanto de técnicas ativas, realçando aspectos práticos das disciplinas oferecidas visando ao aprendizado dinâmico, participativo e inclusivo.

O ensino será realizado por meio de aulas expositivas, debates, grupos de estudo e utilização de demais ferramentas pedagógicas que possibilitem a interação entre os alunos e professores, favorecendo, conseqüentemente, o aprendizado.

Serão utilizados os recursos pedagógicos seguintes:

- material didático elaborado pelo professor;
- livros e material disponíveis na biblioteca (CBGI) do TCEMG;
- grupos de discussão e de orientação;
- atendimento personalizado ao aluno, com acesso direto ao professor, proporcionando interação professor/aluno, transmissão de conhecimento e transformação no processo de ensino;
- uso do laboratório de informática da Escola de Contas que possibilite a prática dos conhecimentos teóricos adquiridos e pesquisas, impactando positivamente no aprendizado;
- autodesenvolvimento (estudo livre), a partir de roteiro de estudo e pesquisa disponibilizados pelo professor, para aprofundamento nas disciplinas;
- pesquisa e desenvolvimento de projetos aplicados;
- uso de tecnologias audiovisuais que tornem acessíveis informações;
- apresentação de projetos e resultados;
- trabalhos de avaliação intermediária e final.

## 12 Sistema de avaliação e controle de frequência



Fonte: Disponível em:  
<https://ead2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/49300/course/section/8563/avalia%C3%A7%C3%A3o.png>  
Acesso em: 9/10/2017

A avaliação do corpo docente ocorrerá de acordo com as definições dispostas na Portaria n. 3/2017 – Escola de contas, de 15/5/2017, e na Resolução CNE/CES n. 1, de 8 de junho de 2008, que estabelece orientações para a avaliação do aproveitamento acadêmico e da frequência nos cursos de pós-graduação *lato sensu*.

A certificação nos cursos está vinculada à avaliação de frequência e de aproveitamento em cada módulo ou disciplina, à aprovação do trabalho de conclusão de curso, bem como na realização das avaliações de todas as disciplinas e respectivos professores.

A frequência às aulas presenciais terá registro no sistema de gestão acadêmica e o aproveitamento em cada disciplina do curso deverá ser avaliado em uma escala de 100 pontos, atribuídos a, pelo menos, uma atividade durante o curso e uma atividade de conclusão da disciplina. Os critérios para aprovação serão de no mínimo 70% de aproveitamento e 75% de frequência.

### **13 Trabalho de conclusão de curso e orientação**

O trabalho de conclusão de curso (TCC) deverá ser elaborado com temática na área das finanças públicas, com orientação de professor do curso servidor do TCEMG e atender integralmente as normas dispostas no Manual de Elaboração de Trabalhos Acadêmicos (META), documento que define o padrão de normalização para trabalhos apresentados à Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo.

A definição do orientador será feita mediante convite do orientando, levando em conta a experiência acadêmica e profissional do docente na área respectiva do trabalho a ser elaborado, entre os docentes servidores do TCEMG.

Cada membro do corpo docente poderá orientar, no máximo, dez alunos.

### **14 Certificação**

A certificação de especialização nos cursos de pós-graduação *lato sensu* da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo está vinculada à integralização do curso pelo discente, incluindo o cumprimento do percentual de frequência e do aproveitamento acadêmico em cada





disciplina, a aprovação do trabalho de conclusão de curso, conforme Resolução n. 1 CNE/CES, de 8 de junho de 2008, bem como a realização das avaliações das disciplinas e docentes.

Evandro Martins Guerra  
Coordenadoria de Pós-Graduação